

Intervivência Universitária e Educação Popular: a Metodologia Socioeducativa OASIS de Formação de Competências e Habilidades em Empreendedorismo Social Juvenil

MOMO, D. C.¹; PAIVA, J. A.²; NASCIMENTO, M. A. A.³; SOUZA, W. J.⁴

Resumo

A presente ação se desenvolveu, inicialmente, sob a forma de extensão, voltada à promoção do protagonismo juvenil a partir de uma metodologia de *Intervivência Universitária*. Tratou-se de iniciativa, no campo da extensão, destinada a propiciar atividades de divulgação do conhecimento e apropriação de tecnologia, para a inclusão social, pela via de intercâmbios, alternâncias e diálogos entre vivências cotidianas, de estudantes do sistema público de Educação Básica, e o ambiente do conhecimento técnico-científico disponível nas Instituições de Ensino Superior. Todavia, no intuito de promover extensão universitária junto a jovens do Território do Mato Grande, e de outros territórios potiguares, o Projeto partiu de uma investigação acerca do perfil sócio-demográfico e de variáveis comportamentais dos jovens envolvidos na ação. Na fase inicial, foram coletados e estão sendo sistematizados valores atinentes a um conjunto de habilidades e competências individuais, a partir da auto-avaliação, via escala Likert, cujo resultado será objeto de comparação com outro a ser obtido, através de nova coleta de dados, no momento da conclusão do processo formativo (extensão). A comparação dos dados desses dois momentos subsidiará posteriores reflexões e a validação da metodologia utilizada no tocante à capacidade na promoção de mudanças comportamentais. A comparação dos dados desses dois momentos subsidiará posteriores reflexões e a validação da metodologia utilizada no tocante à capacidade na promoção de mudanças comportamentais.

Palavras-Chave: Intervivência Universitária, Educação Popular, Empreendedorismo Social.

¹ Denise Cristina Momo. Universidade Federal Do Rio Grande Do Norte. E-mail: deniseccmomo@yahoo.com.br

² Juarez Azevedo de Paiva. Universidade Federal Do Rio Grande Do Norte. E-mail: juarez.paiva@ig.com.br

³ Marcos Adler de Almeida Nascimento. Universidade Federal Do Rio Grande Do Norte. E-mail: adler_almeida@yahoo.com.br

⁴ Washington José de Souza. Universidade Federal Do Rio Grande Do Norte. E-mail: wsouza@ufnet.br

Introdução

Este texto aborda parte dos resultados de uma experiência de pesquisa-ação desenvolvida durante a execução do projeto *Ação Interinstitucional de Fomento ao Protagonismo Juvenil: Formação de Agentes de Desenvolvimento Comunitário no Território do Mato Grande/RN*. O referido projeto integrou o conjunto de propostas contemplado no Edital MCT/MDS-SAGI/CNPq Nº 36/2010, Seleção Pública de Propostas de Estudos e Avaliação das Ações do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. O Edital 36/2010 objetivou, a partir de dois eixos, conhecer e fomentar a produção acadêmica a respeito das iniciativas recentes de proteção e desenvolvimento social e combate à fome, e, identificar tecnologias sociais, produzidas pela academia brasileira, relacionadas ao desenvolvimento das políticas de transferência de renda, segurança alimentar e nutricional e assistência social (<http://www.cnpq.br/editais/ct/2010/036.htm>).

O referido projeto, ao contemplar a aplicação de recursos de Educação Popular no desenvolvimento de competências e habilidades empreendedoras de estudantes da Educação Básica, do sistema público de ensino, vinculados à agricultura familiar, caracteriza-se como esforço de desenho e consolidação de tecnologia social na perspectiva do empreendedorismo social. O projeto foi desenvolvido pela *Incubadora Organização de Aprendizagens e Saberes em Iniciativas Solidárias – OASIS* vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Administração – PPGA/UFRN e, mais especificamente, à linha de pesquisa *Políticas Públicas e Governança* que, em sentido amplo, centra-se em estudos de “políticas de emprego, educação, saúde, assistência social, previdência, transporte, moradia, saneamento básico, tributárias, entre outras - em âmbito nacional, regional, estadual e municipal” e de “novas formas tecnológicas e gerenciais no setor público, particularmente os processos de terceirização, privatização, agências reguladoras, organizações sociais, agências executivas, parcerias e consórcios” (<http://www.ccsa.ufrn.br/ppga>).

A origem da estratégia socioeducativa aplicada durante a execução do projeto em pauta voltada à formação de habilidades e competências em empreendedorismo social – reside, todavia, em momento anterior – *Edital MCT/CNPq/CT-Agronegócio/ MDA – Nº 23/2008 - Programa Intervivência Universitária*. O Edital 23/2008 selecionou propostas para apoio a projetos de estímulo à divulgação e à apropriação de conhecimento geral e especializado, disponíveis nas universidades, centros tecnológicos e escolas técnicas públicas, por jovens estudantes e residente na zona rural envolvidos em atividades educativas, extensionistas e organizativas (<http://www.cnpq.br/editais/ct/2008/023.htm>). A partir de tal Edital, a Incubadora selecionou estudantes em cinco escolas da Educação Básica pública, localizadas em cinco distintos municípios do Rio Grande do Norte, contemplando aproximadamente 180 jovens vinculados à agricultura familiar, parte significativa moradora da zona rural. Entre 2009 e 2010, os estudantes selecionados integraram o Projeto OASIS de Intervivência Universitária, com vinte meses de duração. Diante do resultado positivo alcançado com essa iniciativa pioneira – cujo resultado se encontra retratado na dissertação de Mestrado intitulada *Empreendedorismo Social e Protagonismo Juvenil: a estratégia socioeducativas do Projeto OASIS de Intervivência Universitária*, de base qualitativa – os integrantes da Incubadora resolveram refinar e replicar a experiência que é aqui apresentada no tocante aos aspectos metodológicos.

A Intervivência OASIS, reeditada como pesquisa-ação através do Edital 36/2010, para o período 2011/2012, se encontra em andamento, e, desta vez, contempla escolas públicas de onze municípios do estado e algo em torno de 300 estudantes. A experiência em andamento envolve, do mesmo modo que a anterior, um conjunto de ações de extensão e uma pesquisa. A pesquisa em andamento, que desta vez assume perspectiva quantitativa e igualmente é objeto de uma dissertação de Mestrado, tem previsão de término para dezembro de 2012 e se volta à compreensão do comportamento empreendedor de estudantes da Educação Básica pública (cujas famílias participam de programas sociais do Governo Federal), com coleta de dados em dois momentos. No início da trajetória formativa, em abril de 2011, um questionário (Apêndice 1) foi aplicado visando à caracterização de habilidades e competências sócio-políticas e técnicas dos participantes para o empreendedorismo. Nova coleta será realizada em dezembro deste ano e, então, serão avaliadas evoluções nos atributos constantes do instrumento.

Uma vez que a pesquisa, vinculada ao projeto aprovado no Edital 36/2010, se encontra em andamento, este texto se deterá à apresentação de elementos teórico-metodológicos que vêm sendo aplicados no desenvolvimento intelectual e técnico de estudantes, com idade entre 15 e 21 anos, em situação socioeconômica vulnerável. Desta forma, o presente texto está assim estruturado. Após esta introdução, o tópico seguinte caracteriza e aponta a relevância da ação, qualificando o problema e a natureza do estudo em desenvolvimento. Seguem-se uma discussão em torno das referências teóricas, que dão suporte à estratégia socioeducativa em pauta, e uma síntese da metodologia OASIS de Intervivência Universitária. Por fim, o texto destaca perspectivas e contribuições do estudo em andamento, como alternativa de superação da pobreza extrema a partir da formação de competências e habilidades empreendedoras e do protagonismo juvenil no cenário público. Espera-se, desta forma, atender ao interesse do Edital de identificar tecnologias sociais, produzidas pela academia brasileira, relacionadas, neste caso, ao desenvolvimento de políticas públicas de assistência social.

Relevância, natureza do estudo e qualificação do problema

Ao longo da história, as sociedades vêm convivendo com contextos paradoxais. Ao mesmo tempo em que ocorrem avanços, revoluções e transformações em diversas áreas, como na informação, na comunicação, na eletrônica, na medicina e na tecnologia, há desigualdade social, fome e miséria resultantes, dentre outros fatores, de restrições ao acesso à educação e ao trabalho. Tais problemas não mais deveriam existir ou deveriam se encontrar em patamares imperceptíveis. Mas, na atualidade, as sociedades continuam sendo atingida por graves problemas sociais, uma vez que, conforme palavras de Hobsbawn (2007), o que se convencionou chamar de globalização não trouxe tempo de igual divisão política, econômica e militar entre os países, mas, ao contrário, processos de intercambio comercial, informacional, cultural e financeiro marcado por novas formas de relação desigual entre os países. O desenvolvimento técnico-econômico apresenta, todavia, potencial para proporcionar condições para que os países possam cumprir as promessas da modernidade ocidental, de liberdade, democracia e igualdade. Porém, na prática, é nítido o desafio no alcance desses propósitos, o que tem ocasionado inquietações e crises frente a

desenvolvimentos sociais em patamares desiguais e injustos, até mesmo em nações com indicadores mais satisfatórios de qualidade de vida, a exemplo das europeias.

Ao abordar a pobreza, Santos (2010) destaca que os países subdesenvolvidos conheceram, durante a última metade do século XX, pelo menos três formas de pobreza: pobreza incluída, considerada como um acidente natural ou social, ou, como pobreza acidental, produzida em certos momentos do ano; pobreza chamada de marginalidade, considerada doença da civilização e cuja existência é fruto do processo econômico da divisão do trabalho, porém, mesmo grave, não recebe tratamento sistêmico e busca-se, junto ao Estado, uma solução; pobreza estrutural globalizada, que se apresenta diferente das outras citadas, pois, é generalizada, permanente e não mais local, uma vez oriunda do desemprego, da baixa remuneração dos trabalhadores, da precarização das relações de trabalho e emprego e da ausência – ou restrição – do poder público nas tarefas de proteção social, dentre outros fatores. Destaca Santos (2010) que este tipo de pobreza é considerado, no cenário contemporâneo, inevitável e até mesmo natural, porém, afirma, trata-se de pobreza determinada politicamente por empresas, Estado e instituições globais.

Demo (2010) denuncia a pobreza motivada pela centralização de renda por certos segmentos da sociedade, e, a pobreza política, fundada em restrita conscientização das pessoas como resultado de pregações ideológicas e de ações de grupos dominantes, levando-as ao não exercício da cidadania. Para ele, é necessário o combate firme à pobreza mediante a oferta de condições e recursos materiais e o desenvolvimento, junto à população, de consciência crítica. O desenvolvimento de tal consciência crítica envolve processos educativos e, desta forma, tal leitura se aproxima daquela defendida por Freire (1987), para quem a escola não distribui poder, mas, constrói saber que, em essência, é poder. A pedagogia neoliberal, para Freire, é uma pedagogia de exclusão, justamente por retirar da pedagogia a sua essência política. Não se muda a história sem conhecimentos, e, portanto, faz-se necessário *educar o conhecimento*, assumindo a escola o papel de colocar o conhecimento nas mãos dos excluídos de forma crítica. Por essa razão, Freire (1987) associa, em vários momentos da sua vasta produção acadêmica, educação e politização, entendendo que pobreza política produz pobreza econômica. Ninguém ignora tudo, ninguém sabe tudo, afirma. Por essa razão, o analfabeto político não consegue entender as causas da sua pobreza econômica.

O exercício de superação da pobreza política, a que se refere o autor, exige novos espaços de criação e desenvolvimento humano e comunitário, social e sustentável, que leve as pessoas à obtenção de poder, à consciência crítica e, a partir daí, a formas de vida dignas e justas. Neste sentido, a escola, ou, o sistema de educação formal, apresenta-se como espaço privilegiado a iniciativas, movimentos e organizações que, através de vínculos em redes e alianças, se oponham a exclusões, injustiças, desigualdades e ausência de paz pela via de experiências alternativas de cooperação, partilha, reciprocidade e solidariedade. Seria o que Santos (2005b) convencionou como globalização alternativa, contra-hegemônica, em que alguns elementos, que baseiam a atual, seriam utilizados, porém, com outros fundamentos sociais e políticos, a exemplo das tecnologias da informação.

Em tempos de desenvolvimentos econômico-financeiros questionáveis, de degradação ambiental acelerada e de sistemas que se mostram insustentáveis, fazem-se necessárias reflexões menos lineares e imediatistas, diálogos entre diversos saberes demarcados por novas práticas, processos socioeducativos voltados a alterar hábitos de indivíduos e coletividades, processos sustentáveis de produção e de preservação de recursos naturais e respeito ao meio ambiente. Tais requisitos integram, por exemplo, a agenda da Educação Ambiental, o que, segundo Carvalho (2004), representa mudança de valores e atitudes no sentido da sensibilização solidária do indivíduo com o meio social e ambiental, para formar

sujeitos capazes de perceber, problematizar e intervir tendo como horizonte a ética fundada na justiça social. Assim entendida, a Educação Ambiental se aproxima de outros construtos, a exemplo da Educação Popular, ambas com nítidos interesses na reflexão e na criticidade.

Em cenário político de limitado interesse da população por decisões tomadas em instâncias de participação popular e controle social, como conselhos, fóruns e colegiados, a juventude rural, especialmente no sertão nordestino, área marcada por condições econômicas e sociais vulneráveis, aparece distante e indiferente aos acontecimentos nos domínios da gestão pública municipal e territorial. Predominam ceticismos em tal participação, por um lado, em virtude do comodismo e do desconhecimento da população, e, por outro, de práticas políticas tradicionais que não incorporam a transparência e a gestão participativa de demandas populares na Administração Pública. Fatos dessa natureza conduzem ao entendimento de que os espaços públicos emergentes no Brasil encontram-se permeados por conflitos e dificuldades de concretização, ainda que mediante um lento e contínuo processo de gestação dentro do que se poderia chamar de contratendência na direção da conformação de uma cultura política democrática (TATAGIBA 2002).

A pesquisa-ação que orienta o presente texto não foge a este cenário político. Volta-se ao desenvolvimento de habilidades e competências sociopolíticas de estudantes da Educação Básica pública do Rio Grande do Norte, adotando estratégia didático-pedagógica de formação crítica e reflexiva, sintonizada com preceitos da Educação Popular e similares. Foi, originalmente, apresentada para o Território do Mato Grande. Todavia, em virtude da elevada demanda e interesse de municípios do Território Sertão Central Cabugi-Litoral Norte, este último foi igualmente contemplado. Desta forma, o estudo contempla seis municípios do primeiro Território e cinco do segundo, totalizando onze municípios, igual número de escolas e aproximadamente 300 estudantes, entre 15 e 21 anos de idade, cursando do 8^a. ano do Ensino Fundamental ao 3^a. do Ensino Médio. É, pois, para o conhecimento empírico de atributos comportamentais desse universo, aliado à concomitante intervenção visando à mudança comportamental, que o presente estudo vem se desenvolvendo. A questão central que o orienta é: *como se caracterizam atributos comportamentais de estudantes da Educação Básica pública potiguar, vinculados à agricultura familiar, e que contribuições a aplicação de recursos de Educação Popular e de Intervenção Universitária ocasiona no tocante à formação de competências e habilidades sociopolíticas e técnicas para o empreendedorismo social?*

Fundamentos teóricos e alguns resultados da experiência pioneira 2009/2010

O desejo por mudanças da realidade social, centradas na promoção de elementos de ordem substantiva – valorizadoras da diversidade da vida, do mundo natural e da condição humana – demanda ações educativas a partir da consciência crítica acerca das condições de desigualdades o que exige, de acordo com Gadotti (1996) uma ética da diversidade e de uma cultura da diversidade, pois, uma sociedade multicultural deve educar o ser humano em perspectiva multicultural. O cenário global, de acordo com o autor, exige reconstrução do saber da escola e da formação do educador. Em vez da arrogância de que se julga dono do

saber, o professor deve promover o entendimento e a escola deve ser assumida como espaço de convivência, onde conflitos são trabalhados, não camuflados.

É, pois, nesse contexto global e sistêmico, que se destacam, de acordo com Gadotti (1996), duas dimensões nas obras de Paulo Freire:

a) a dimensão interdisciplinar. O objetivo da interdisciplinaridade é experimentar a vivência da realidade global que se inscreve nas experiências cotidianas e que, na escola tradicional, é fragmentada. Desta forma, articular saber, conhecimento, escola, comunidade e meio-ambiente é o objetivo da interdisciplinaridade que se traduz em trabalho educacional coletivo e solidário;

b) a dimensão internacional e solidária. Para viver o tempo presente, a escola precisa preparar o cidadão para participar de uma sociedade planetária, não apenas transmitindo conhecimentos, mas, também, preocupando-se com a formação global, numa visão em que o conhecer e o intervir no real se encontrem. Para tanto, continua Gadotti (1996), é precisar saber trabalhar as diferenças e aceitar que, para me conhecer, preciso conhecer o outro.

A dimensão interdisciplinar envolve partilha de vivências de todos articulando saberes e conhecimentos, ao passo que a dimensão internacional e solidária contempla a ideia de que a escola deverá formar para a consciência crítica. Neste sentido, a solidariedade torna-se princípio ético e social imprescindível e incondicional. Entretanto, conforme denuncia Demo (2002), a solidariedade pode se tornar tática de imbecilização, na medida em que, a partir de apelos com tal conteúdo, se consegue a adesão útil dos segmentos populacionais excluídos, a *domesticação*.

A solidariedade tem estado em destaque nos dias atuais especialmente em casos de enfrentamento à pobreza e em situações de calamidade. Por ser ambíguo, ou seja, por permitir vários entendimentos, sentidos e até efeitos opostos, Demo (2002) destaca que solidariedade se aproxima de outras concepções, dentre as quais, as de cooperação e altruísmo. Citando Wrigth, enfatiza que o ser humano geneticamente apresenta, mesmo em atos de bondade e solidariedade, formas egoístas de ser, e o faz, na maioria das vezes, para sobreviver ou, simplesmente, se beneficiar. Desta forma, há uma solidariedade próxima da caridade e da filantropia que se volta ao “dar” e ao “ajudar” e que alivia muito mais a consciência de quem *ajuda*, do que efetivamente resolve o problema do *ajudado*. O resultado é uma solidariedade que não emancipa. Em contrapartida, existe a solidariedade que liberta, emancipa e que emana autonomia e não subjugação. Nesta perspectiva, a solidariedade compromete, une, em ato político não imediatista e não assistencialista, mas, sim, participativo, interativo, capaz de produzir emancipação social, dignidade, mudança de vida e liberdade.

Esta última perspectiva de solidariedade aparece na obra de Paulo Freire. Para ele, a educação, como processo de transformação do homem e do mundo, vai além da pedagogia para alcançar outros campos como economia, política, ciências sociais, causas ambientais e sustentabilidade. O autor defende a consciência crítica, a interação e a convivência harmônica entre os indivíduos e destes com o meio ambiente. Tanto a opulência, por um lado, quanto a pobreza, por outro, sugerem desenvolvimento insustentável ao longo do tempo, e, assim, a espécie humana experimenta desafios como a perda do equilíbrio ambiental, a erosão cultural e o empobrecimento ético e espiritual como fruto de uma educação que domestica as pessoas para o consumo útil e o obsolescimento contínuo, planejado e posto em prática por grandes corporações, tornando-as competitivas,

consumistas e egocêntricas. Desta forma, a população é preparada para ignorar as consequências de certos atos perversos – afirma Freire (1987) em *Pedagogia do Oprimido*.

Em *Educação e atualidade brasileira* (FREIRE, 1959), o discurso do autor, a respeito de uma perspectiva educacional integral e sistêmica, capaz de unir o homem ao meio em que vive e, então, ao mundo, revela-se de longa data: "É preciso aumentar o grau de consciência do povo, dos problemas de seu tempo e de seu espaço. É preciso dar-lhe uma ideologia do desenvolvimento". (FREIRE, 1959, p.28). Para tanto, a *Pedagogia do Oprimido*, forjada com ele e não para ele, busca a recuperação da humanidade, nas diversas dimensões da vida, fazendo da opressão e de suas causas objeto de reflexão dos oprimidos, resultando, assim, no engajamento necessário à luta por libertação (FREIRE, 1987, p.32).

O intuito é a construção de uma pedagogia que incorpore a realidade em que se encontram os educandos e a consciência que dela eles faziam. Em *Educação como prática da liberdade* (1982) o autor defende mudanças na sociedade através de uma "reforma interna" do homem, via "conscientização", contemplando categorias econômicas na análise. Demo (2000) lembra que, em Freire, a função da educação, de caráter reconstrutivo político, se destina a desfazer a condição de massa de manobra da população oprimida, uma vez que o sistema econômico não teme o pobre que tem fome, mas, sim, o pobre que sabe pensar. Não seria, portanto, a miséria material das massas, mas, a ignorância, que a faz esperar soluções produzidas por um sistema econômico opressor.

Sob tal cenário de relações desiguais de poder, esforços pedagógicos destinados à superação de entraves que mantêm segmentos populacionais na ignorância política, devem, necessariamente, propiciar condições para que, através do acesso ao conhecimento, tais frações possam alcançar a criticidade, exercer poder e se desenvolver em termos intelectuais, ocupando e (re)criando espaços e experiências de vida a partir de leituras próprias de mundo e ações autônomas. Empreendedorismo é termo contemporâneo que se ajusta à qualificação dessa perspectiva de atuação humana, renovada, consciente, inovadora, liberadora.

No amplo universo das ações empreendedoras, uma em particular se adequa à formação para a vida política, especialmente quando se trata de público jovem. Trata-se do Empreendedorismo Social, construto que aborda a sociedade à luz da justiça social e do comportamento ético e que estimula práticas sociais voltados ao bem comum e a vida comunitária. Para o alcance de tais resultados, lembram Melo Neto e Froes (2002), são necessários pressupostos como reflexão, criação e desenvolvimento de soluções coletivas inserção social e exercício da cidadania, estabelecimento de parcerias e redes integrativas entre governo, comunidade e setor privado, foco na qualidade de vida, reversão do distanciamento entre economia, sociedade e ética e reforço no ato solidário. Assim, o Empreendedorismo Social se volta à geração de oportunidades às comunidades visando à promoção da vida, do respeito, da autonomia, do usufruto de direitos, do senso de coletividade, da participação, dentre outros aspectos.

Este tipo de empreendedorismo demanda indivíduos empenhados, politizados, conhecedores da realidade em que vivem e tecnicamente capacitados para atuação no cenário público. Dentre os vários segmentos sociais, os jovens apresentam condições privilegiadas para tal empreitada. Primeiro, em virtude do vigor que lhes é próprio, aliado às expectativas e aos sonhos que nutrem na vida. Depois, há de se considerar que a juventude de hoje será responsável, num futuro não muito distante, pela condução dos destinos de famílias, comunidades, municípios, povos, nações e, em sentido amplo, da própria humanidade. Serão, então, protagonistas sociais, trabalhadores, gestores, empreendedores.

Como recurso educacional, igualmente importante na superação de entraves de acesso de jovens ao conhecimento, a experiência de Intervivência Universitária merece destaque. A iniciativa é novidade no Brasil e, desta forma, não há produção teórica em torno do tema. Todavia, a dissertação de Mestrado intitulada *Empreendedorismo Social e Protagonismo Juvenil: a Estratégia Socioeducativa do Projeto OASIS de Intervivência Universitária* (SILVA, 2011) – apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal do Rio Grande do Norte – abordou o assunto.

A Intervivência Universitária, conforme registra Silva (2011), é uma forma específica de extensão em que Instituições de Ensino Superior garantem acesso ao conhecimento e vivências com o meio acadêmico a indivíduos que não estão diretamente a elas vinculados. Surgiu, no cenário acadêmico nacional, no ano de 2008, através do Edital nº 23/2008 do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), com apoio do Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT), do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e recursos do Fundo Setorial de Agronegócios (CT-Agronegócios). Visou à seleção pública de projetos que estimulasse a divulgação e a apropriação de conhecimentos, gerais e especializados, disponíveis nas Universidades, Centros Tecnológicos e Escolas Técnicas Públicas, para jovens estudantes residentes da zona rural, integrantes de atividades educativas, extensionistas e organizativas.

O referido Edital objetivou a criação de oportunidades para que jovens da zona rural tivessem acesso a ambientes de formação qualificada e de geração de conhecimentos, em Instituições de Ensino Superior e Tecnológicas, buscando, desta forma, promover o acesso a contextos inter e multidisciplinares e à transformação dos participantes em agentes de desenvolvimento em suas localidades (EDITAL MCT/CNPq/CT-AGRONEGÓCIO/MDA – Nº 23/2008 – PROGRAMA INTERVIVÊNCIA UNIVERSITÁRIA, 2010). De acordo com o Edital, os projetos submetidos à aprovação poderiam contemplar as várias áreas do conhecimento na promoção de formação genérica, localmente relevante, ou, de formação específica, com foco temático em ciências, tecnologia e em temas especializados como saúde e educação, organização social e associativismo, ecologia, legislação ambiental e utilização de recursos naturais, produção agrícola, zootécnica e agroecologia, empreendedorismo, administração rural, negócios e contabilidade, computação, informática e comunicação.

O Edital MCT/ CNPq / CT-Agronegócio / MDA – Nº 23/2008 – Programa Intervivência Universitária inovou a tornar pública uma forma peculiar de extensão universitária. A Intervivência Universitária consiste numa forma de extensão que leva indivíduos, em situação socioeconômica vulnerável, a vivenciar o contexto acadêmico, dotando-os de conhecimentos e tornando-os agentes de melhorias para as comunidades nas quais estão inseridos. Neste tipo de extensão busca-se o desenvolvimento dos participantes tanto individualmente quanto coletivamente, multiplicando-se vivências e estabelecendo-se forte relação de proximidade entre academia e comunidade, com crescimentos mútuos e experiências compartilhadas. Neste sentido, tanto os contemplados se desenvolvem social, política e tecnicamente, mediante o acesso a conhecimentos acadêmicos que servirão para o cotidiano, quanto os universitários, que passam a dialogar com culturas, saberes e práticas de comunidades ampliando o espectro da formação para a vida. A Intervivência pode se configurar, também, como oportunidade de integração e fomento às três funções constitucionais da Universidade – ensino, pesquisa e extensão.

Resultados da experiência pioneira da Intervivência OASIS, no período 2009/2010, atestam a validade de tal estratégia. Silva (2011), em dissertação de Mestrado intitulada *Empreendedorismo Social e Protagonismo Juvenil: a Estratégia Socioeducativa do Projeto OASIS de Intervivência Universitária* (Programa de Pós-Graduação em Administração da

UFRN), realizou estudo de base qualitativa junto aos participantes obtendo as seguintes conclusões.

No aspecto do empoderamento, os alunos, de modo geral, desenvolveram novos valores que resultaram em mudanças de atitudes e de comportamentos. Os desenvolvimentos ocorreram especialmente no tocante à preocupação com o meio ambiente, à melhoria nas relações interpessoais, ao desenvolvimento da autoconfiança e da autoestima; ao desenvolvimento da autonomia e ao despertar para melhorias sociais locais.

Na categoria capital social foram identificados desenvolvimentos, em todos os alunos, no tocante à confiança e à cooperação, fruto de relações construídas pelos jovens ao trabalharem em grupo. Por outro lado, no que se refere à participação cívica, o desenvolvimento percebido foi tímido. No aspecto do protagonismo juvenil, a estratégia de desenvolvimento de ações, idealizadas e realizadas a partir de grupos, visando à geração de benefícios sociais, mostrou-se válida e relevante. A estratégia socioeducativa do Projeto OASIS de Intervivência Universitária, portanto, conclui Silva (2011), dentro do contexto teórico do empreendedorismo social, trouxe importantes contribuições para o desenvolvimento dos jovens nas categorias empoderamento e capital social – elementos que compõem tal construto – influenciando positivamente no desenvolvimento de atividades voluntárias nos municípios aos quais pertencem.

Não obstante tais resultados positivos foram identificados problemas no acompanhamento dos jovens, na execução das atividades de campo no intervalo entre uma e outra formação, pois, os supervisores municipais não interagiram adequadamente com os alunos no modo como se encontra proposto no Projeto OASIS de Intervivência Universitária. Outro ponto destacado, pelo autor, foi ausência de temas próprios do universo juvenil, como sexualidade, drogas, arte, cultura e esporte. Assim, conclui Silva (2011), torna-se importante que, no processo formativo, os alunos tenham acesso a formações em assuntos próprios do momento da adolescência.

A partir de tais observações, o Projeto *Ação Interinstitucional de Fomento ao Protagonismo Juvenil: Formação de Agentes de Desenvolvimento Comunitário no Território do Mato Grande/RN* foi concebido e submetido ao Edital 36/2010 CNPq/MDS. Assim, na replicação da estratégia, estão contempladas as oficinas em Arte e Cultura, Esporte e Lazer e DST, Drogas e Sexualidade na Adolescência. Em relação à atuação insuficiente da supervisão de campo, referida por Silva (2011), a estratégia replicada contempla dois trabalhos de monitoramento dos coletivos municipais, desenvolvidos por Tutores Municipais (indicados pelo executivo) e por Tutores Acadêmicos, definidos entre os membros da equipe da Incubadora.

Metodológica socioeducativa oasis de intervivência universitária

A proposta apresenta pela equipe da Incubadora Organização de Aprendizagens e Saberes em Iniciativas Solidárias – OASIS, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, contempla, preliminarmente, uma pesquisa, destinada à caracterização de atributos

comportamentais de jovens potiguares, da Educação Básica pública, em capacidades para intervenções empreendedoras. Contempla, ainda, uma atividade de extensão no formato de Intervivência Universitária, conforme exposto anteriormente.

No que se refere à pesquisa, um questionário foi aplicado aos participantes e será objeto de nova aplicação ao final do corrente ano. A aplicação do instrumento no início (março de 2011) e ao final da ação (dezembro de 2012) permitirá à equipe avaliações em termos de mudanças ocorridas nos atributos estudados indicando o potencial da metodologia socioeducativa junto à capacitação de jovens para o Empreendedorismo Social. Opta-se, aqui, pela apresentação da metodologia socioeducativa de Intervivência Universitária OASIS, uma vez que tanto a trajetória formativa nela contida quanto, por tabela, a pesquisa, demanda quatro semestres letivos, ao passo que o Edital 36/2010 do CNPq/MDS estabeleceu o período de um ano.

O estudo possui, portanto, características de pesquisa-ação. De acordo com Thiollent (2005, p.16),

a pesquisa-ação é um tipo de pesquisa social com base empírica que é concebida e realizada em estreita associação com uma ação ou com a resolução de um problema coletivo e no qual os pesquisadores e os participantes representativos da situação ou do problema estão envolvidos de modo cooperativo ou participativo.

Além da participação, a pesquisa-ação pressupõe alguma forma de intervenção planejada de caráter social, técnico e educacional (THIOLLENT, 2005). Assim sendo, a pesquisa-ação, pela natureza participativa nela própria contida, incorpora componente de Gestão Social. Na prática, enquanto progride a pesquisa, o pesquisador intervém, modificando o espaço do estudo e acompanhando seus efeitos. Trata-se de um todo orgânico que se inicia com a organização da pesquisa, a coleta dos dados e prossegue até a redação final dos resultados. Considerando tal entendimento, as atividades aqui previstas e em execução, ainda que expostas em tópicos e pensadas em termos de fases, são planejadas e desenvolvidas de modo integrado.

Fase 1 – Definição do instrumento de coleta de dados e realização da pesquisa preliminar relativa ao perfil sociodemográfico e atributos comportamentais dos participantes. Esta fase, já realizada, permitiu à equipe traçar o perfil dos participantes – com foco, entre outros aspectos, na participação familiar em programas sociais do Governo Federal – e caracterizar os atributos comportamentais do estudo em momento anterior ao início da ação formativa.

Fase 2 – Processamento e análise dos dados coletados na Fase 1 e início da ação de Intervivência Universitária. Esta fase encontra-se em andamento. Os dados estão sendo tabulados. Aqueles referentes à caracterização dos atributos comportamentais preliminares serão objeto de comparação com os resultados colhidos após a conclusão do processo formativo, com previsão para conclusão em dezembro deste ano (2012). Os dados do perfil e a comparação de mudanças nos escores dos atributos em estudo comporão uma dissertação de Mestrado e publicações acadêmicas futuras. No que se refere à ação, o calendário do Quadro 1, a seguir, sintetiza as etapas realizadas.

Quadro 1 – Calendário das Ações da Intervivência Universitária Ocorridas em 2011.

Etapa	Período			
	1	2	3	4
Seleção dos municípios/ escolas	X			
Apresentação da proposta aos estudantes e direção das escolas	X			
Seleção dos participantes pelas escolas	X			
Abertura solene do Projeto no Auditório da Reitoria da UFRN		X		
1ª. Formação		X		
Monitoramento das atividades nos municípios		X	X	
Visita dos estudantes à Feira de Ciências da UFRN			X	
2ª. Formação			X	
Monitoramento das atividades nos municípios			X	X
Avaliação do 1º. Ano da ação e Planejamento para 2012				X

Fonte: Elaborado pelos autores.

Período: janeiro a dezembro de 2011; periodicidade: trimestral

Seleção dos municípios/escolas participantes

Fase 3 – Pesquisa de Avaliação do Desempenho das escolas, por segmento (gestores, docentes e discentes) no tema “inovação” e no alcance dos propósitos do Programa Nacional EMI;

Fase 4 – Processamento e Análise da Avaliação do Desempenho, fase voltada à reflexão, por parte da equipe da pesquisa, em torno de conquistas, desafios e possibilidades que se apresentam em cada escola em termos de *potencial inovador*;

Fase 5 – Discussão dos Resultados, fase em que a equipe de pesquisa apresentará os resultados das pesquisas em cada escola integrante do EMI, convocando a comunidade escolar ao debate e à reflexão em torno de ações passíveis de replicação, eliminação, melhoramentos ou inovação;

Fase 6 – Planejamento das Intervenções, quando a comunidade integrante do EMI de cada escola será convocada à definição de uma “agenda de inovação” mediante a eleição de prioridades e a determinação de cronograma de execução;

Fase 7 – Ações e Monitoramento, momento em que a equipe desta proposta estará em campo motivando a execução das ações previstas e acompanhando a execução da Fase 5. Nesta Fase, os membros da equipe estarão atuando como tutores nas várias escolas, dando suporte e colaborando com a escola na resolução de eventuais problemas;

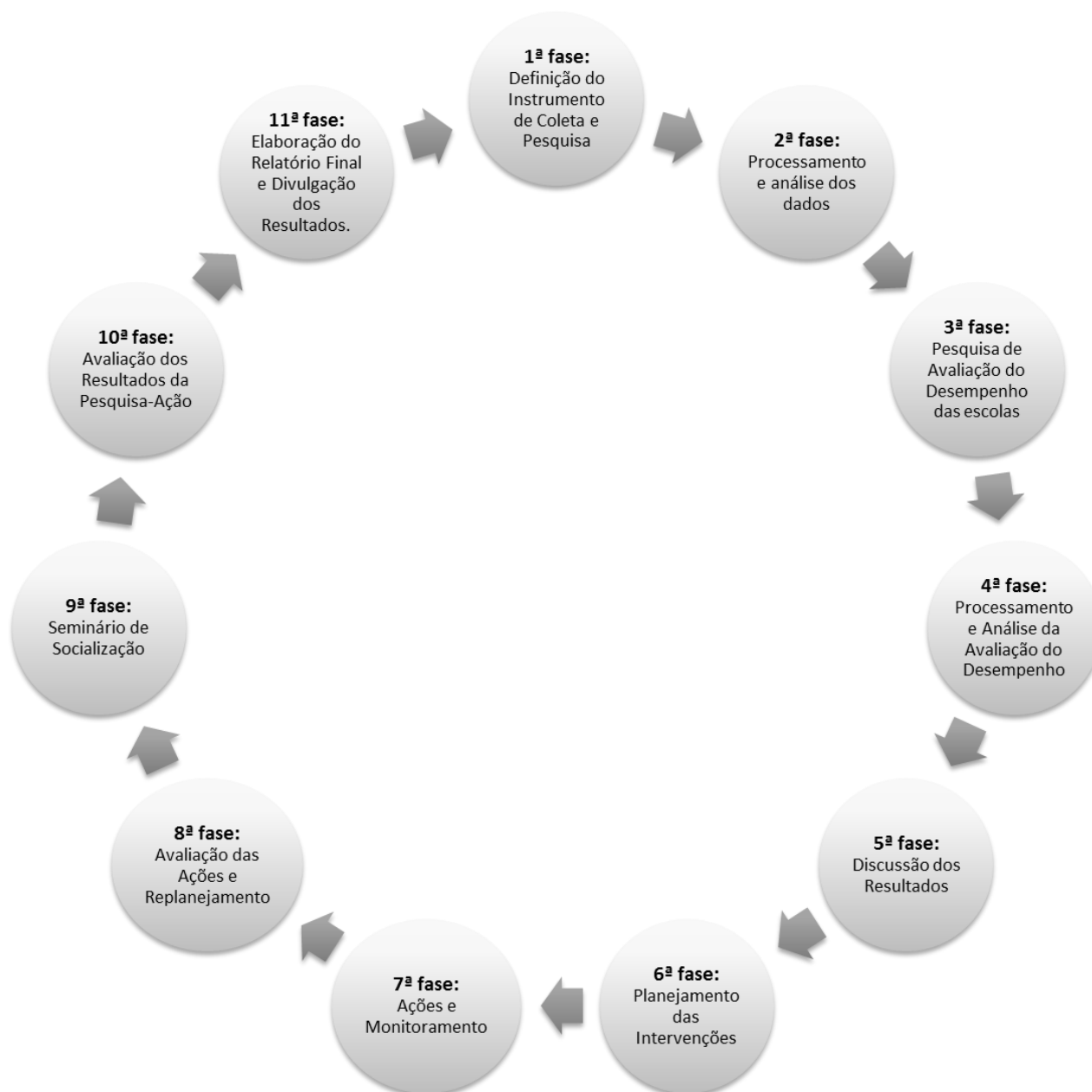
Fase 8 – Avaliação das Ações e Replanejamento, fase em que os participantes de cada escola irão refletir acerca das conquistas e dos desafios trazidos por este Projeto de Pesquisa-Ação ao EMI no Rio Grande do Norte e, concomitantemente, reelaborar o planejamento para momentos futuros;

Fase 9 – Seminário de Socialização, momento em que os membros desta proposta, em conjunto com as escolas e a SEEC, irão divulgar para a sociedade os resultados alcançados com esta Pesquisa-Ação;

Fase 10 – Avaliação dos Resultados da Pesquisa-Ação pela equipe desta proposta e planejamento de novas ações de natureza similar;

Fase 11 – Elaboração do Relatório Final e Divulgação dos Resultados, fase em que a equipe estará prestando contas às agências de fomento e publicando artigos científicos relativos à experiência.

Ilustração 1 – Ciclo das Fases da Pesquisa-Ação.



Na realização dessas fases, serão utilizados diversos instrumentos de pesquisa. Preliminarmente, na fase 1, será aplicada a entrevista semiestruturada em profundidade. Malhotra (2001) elucida que as entrevistas em profundidade podem ser de grande validade quando os problemas de pesquisa exigem discussão de compreensão detalhada de um determinado assunto ou comportamento complexo, ou, precisam-se colher informações com atores diretamente ligados ao problema proposto. As entrevistas serão realizadas, inicialmente, com gestores escolares e docentes participantes do EMI.

Ainda na fase 1 desta pesquisa pretende-se coletar dados através do grupo focal junto a grupos de estudantes das 11 escolas do EMI no Rio Grande do Norte. Vaughn et al. (1996) afirmam que a entrevista de grupo focal é uma técnica qualitativa que pode ser utilizada sozinha ou com outras técnicas qualitativas ou quantitativas. Caplan (1990) define os grupos

focais como pequenos grupos de pessoas reunidos para avaliar conceitos ou identificar problemas. Os estudantes selecionados para as dinâmicas de grupo focal nas escolas serão convidados à avaliação de concepções do EMI e à identificação de desafios e possibilidades postas ao Programa no estágio em que se encontra em cada escola, pois, garante Johnson (1994), grupos focais são úteis quando os pesquisadores buscam soluções criativas e inovadoras pela via da coleta de informações não facilmente obtidas por meio de outras técnicas, o que se alinha com os objetivos específicos desta proposta. Pretende-se realizar a entrevista em grupo focal com, em média, 8 alunos de cada escola, selecionados por idade (entre mais jovens e menos jovens), sexo, tempo de participação no EMI e série que se encontra cursando.

O modelo de análise e interpretação dos dados colhidos tanto nas entrevistas quanto nos grupos focais seguirá a via da análise de conteúdo categorial de Bardin (1977). As categorias serão extraídas de pontos comuns e relevantes identificados nas falas dos vários segmentos (gestores, docentes e discentes) de modo a permitir comparações de experiências. Joia (2004, p. 128) afirma que a análise de conteúdo tem como objetivo “descrever uma situação com profundidade, buscando ilustrar e dar realismo a ela, pela maior quantidade de dados e informações coletadas”. Esta técnica é geralmente aplicada como complemento a outros métodos, fazendo parte de uma das variantes da análise de conteúdo apresentadas por Bardin (1977) denominadas análises temáticas, que busca “revelar as representações sociais ou juízos dos locutores a partir do exame de certos elementos constitutivos do discurso” (QUIVY; CAMPENHOUDT, 1998, p. 226). A análise categorial, conforme expõe os autores, consiste em calcular e comparar as frequências de características previamente agrupadas em categorias significativas. Baseia-se na ideia segundo a qual uma característica é tanto mais frequentemente citada quanto mais importante for para o entrevistado ou para o grupo.

Para a operacionalização desta técnica, Bardin (1977) sugere três etapas e seus respectivos procedimentos, que serão seguidos na análise dos dados desta pesquisa. A primeira etapa é a pré-análise, onde o conteúdo coletado na entrevista é processado manualmente, tendo em vista o caráter subjetivo das respostas e a importância de uma análise cuidadosa do seu conteúdo. Assim, as informações serão submetidas, inicialmente, a um exame amplo, em que se buscará identificar o conteúdo geral apresentado pelos participantes. A segunda etapa compreende a descrição analítica, onde se dá a categorização das informações, utilizando-se como unidade de registro o critério temático relacionado às categorias, previstas na fase 4 desta pesquisa. A última fase da análise de conteúdo é a interpretação do referencial. Nessa, Bardin (1977) afirma que se deve proceder a uma interpretação mais detalhada das informações, explorando-se cada categoria individualmente, buscando-se identificar o conteúdo manifesto pelos respondentes e relações com as conceituações previstas.

Os resultados compilados, junto aos três segmentos, serão objeto de debates com os participantes dos EMI, em cada escola, mediados por integrantes desta pesquisa. O intuito do debate é a reflexão coletiva, mediante a identificação de pontos fortes e fracos, no âmbito interno, e de oportunidade e ameaças, quando pensada a escola nas interações com o meio ambiente.

Na fase de intervenção, fase 7, as oficinas utilizarão a metodologia de projetos de trabalho, o que possibilitará de forma concreta a transformação da prática educativa fazendo a junção da teoria com a prática, tendo como consequência o estabelecimento de relações entre conhecimento e experiência (HERNÁNDEZ, 1998). Todas as oficinas terão apostilas com os conteúdos abrangidos e materiais audiovisuais propostos aos temas. Além disso, será utilizada, nas oficinas, a exposição dialogada, onde os participantes deixarão o papel de

serem meros ouvintes e passarão a ser protagonistas, construindo conceitos com os facilitadores. Estes buscarão extrair dos participantes os conceitos e idéias dos temas abordados dentro do conhecimento e saber popular dos participantes, somado ao saber formal.

Serão aplicados o conjunto dos módulos, com duração de 2 dias (6h por dia), durante finais de semana intercalados de março a julho e de agosto a dezembro durante os três anos de Projeto. Cada módulo será precedido de uma pesquisa com a aplicação de um questionário, junto aos jovens, abordando aspectos socioeconômicos e ambientais com intuito de identificar as suas necessidades referentes aos conteúdos a serem ministrados. As oficinas terão conteúdos em Gestão Social e Ambiental e em práticas pedagógicas, neste caso, voltadas à articulação de conteúdos e componentes curriculares.

Cada oficina de formação ocorrerá sempre em 1(uma) das 11 (onze) escolas do EMI, o que totalizará 11 (onze) rodadas de formação durante 03 (três) anos, ou seja, 02 (duas) oficinas no primeiro semestre de 2012, 02 (duas) no segundo semestre de 2012, 02 (duas) no primeiro semestre de 2013, 02 (duas) no segundo semestre de 2013, (02) duas no primeiro semestre de 2014 e 01(uma) no segundo semestre de 2014.

O público envolvido na coleta dos será constituído por alunos, docentes e gestores do Programa “Ensino Médio Inovador” oriundos das 11 (onze) escolas, localizadas em 06 (seis) municípios do estado. A partir da mobilização e sensibilização serão selecionados 30 (trinta) jovens de cada escola, totalizando 330 (trezentos e trinta) participantes. Todos os docentes e gestores serão tomados como informantes – em média 5 e 3 em cada escola respectivamente. Os dados, analisados a partir de técnicas de análise de conteúdo categorial, serão aglutinados em categorias similares nos três segmentos, de modo a permitir comparativos de perspectivas em termos de leituras e possibilidades do EMI.

Concluídas as análises, seguir-se-ão discussões e debates internos nas escolas (envolvendo os três segmentos e outros eventuais interessados a exemplo de gestores públicos e pais de alunos) voltados ao planejamento das ações, à execução, ao monitoramento da execução e a avaliações de retroalimentação sob o emprego da técnica PDCA – Plan, Do, Check, Action (Planejar, Fazer, Checar, Agir). O PDCA é uma ferramenta de gestão da qualidade que facilita a tomada de decisões visando ao alcance de metas necessárias à efetividade de algo previamente planejado (AGUIAR, 2002).

Após as fases de planejamento, execução, monitoramento e avaliação, o Projeto será concluído em um Seminário de Socialização com ampla participação dos segmentos. A avaliação dos resultados da pesquisa-ação aqui proposta e a elaboração do resultado final serão as etapas finalísticas. Restará à equipe, então, a preparação de artigos para publicação em revista científica e eventos e a publicação de um livro no intuito de garantir a publicidade da experiência e eventuais replicações.

Quadro 2 – Cronograma Geral da Pesquisa-Ação.

Fases da Pesquisa-Ação	Semestre					
	1	2	3	4	5	6
Fase 1 – Definição do Instrumento de Coleta e Pesquisa	X					
Fase 2 - Processamento e Análise dos Dados	X					

Fase 3 – Pesquisa de Avaliação do Desempenho das Escolas no EMI	X	X				
Fase 4 – Processamento e Análise da Avaliação do Desempenho		X				
Fase 5 - Discussão dos Resultados		X				
Fase 6 – Planejamento das Intervenções		X	X	X	X	X
Fase 7 - Monitoramento das Ações		X	X	X	X	X
Fase 8 – Avaliação das Ações e Replanejamento		X	X	X	X	X
Fase 9 – Seminário de Socialização						X
Fase 10 – Avaliação dos Resultados da Pesquisa-Ação						X
Fase 11 – Elaboração do Relatório Final e Divulgação dos Resultados						X

Fonte: Elaborado pelos autores.

Período: Jan/2012 a dez/2014; Periodicidade: semestral.

A equipe que subscreve a pesquisa-ação em andamento possui trajetória importante na formação de recursos humanos no Rio Grande do Norte. É constituída por profissionais com experiências diversas, atuantes em campos de interesses que convergem para a Formação de Professores, por um lado, e para a formação em empreendedorismo social, por outro. Os docentes que lideram as propostas trabalham com alunos de graduação e de pós-graduação em atividades de pesquisa e extensão contribuindo para o desenvolvimento do estado e a produção intelectual, a partir dos resultados de experiências que desenvolvem.

Há 4 anos, projetos de Intervivência Universitária, desenvolvidos pela Incubadora, capacita estudantes, da rede pública de ensino em vários municípios do estado, para a ação voluntária de interesse público, o protagonismo juvenil e o empreendedorismo social. Entre 2009/2010 aproximadamente 200 estudantes participaram e concluíram o Projeto OASIS de Intervivência Universitária (Edital 23/2008 – CNPq). Atualmente, aproximadamente 330 estudantes, de 11 municípios norte-rio-grandenses integram a Intervivência OASIS 2011/2012. Com a presente proposta, pretende-se não apenas replicar tal experiência de sucesso na formação empreendedora, mas, também, ampliar a presença da Incubadora na rede pública, contribuindo de maneira efetiva para a melhoria da qualidade do ensino público.

No campo da Gestão Social, a Incubadora OASIS/UNITRABALHO, unidade acadêmica que abriga e desenvolverá esta proposta, mantém intercâmbio com os seguintes centros de pesquisa:

- Núcleo de Economia Solidária da Universidade Federal de Pernambuco (NECSO/UFPE), já articulado à Incubadora através de projetos, intercâmbios e publicações em parcerias;

- Incubadora de Empreendimentos Econômicos Solidários e Agronegócio da Universidade Federal do Semiárido (UFERSA);

- Incubadora Tecnologia a Cooperativas Populares da Universidade Federal de Sergipe – UFS.

Além disso, a Incubadora OASIS mantém permanente integração com todas as demais incubadoras da Rede UNITRABALHO através da Sede Nacional.

Referências bibliográficas

AGUIAR, S. **Integração das Ferramentas da Qualidade ao PDCA e ao Programa Seis Sigma**. Belo Horizonte: Desenvolvimento Gerencial, 2002

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BERNA, V. **Como Fazer Educação Ambiental**. São Paulo: Paulus, 2004.

BRASIL. **Agenda 21 Brasileira**: Ações Prioritárias. Comissão de Políticas de Desenvolvimento Sustentável e da Agenda 21 Nacional. 1- Agenda 21, 2- Agenda 21 Brasileira, 3- Desenvolvimento Sustentável, 4- Planejamento Participativo, 5-Meio Ambiente, 6- Política de Meio Ambiente, 7- Ministério do Meio Ambiente, 8- Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. 2002.

BRASIL. **Lei nº 9795**. Dispõe sobre a Educação Ambiental, Institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Brasília: Diário Oficial da União, 1999. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9795.htm>.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente e Ministério da Educação, Coordenação Geral de Educação Ambiental. Departamento de Educação Ambiental **Vamos cuidar do Brasil : conceitos e práticas em educação ambiental na escola**. Soraia Silva de Mello, Rachel Trajber [coordenadores]. Brasília, DF: UNESCO, 2007.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Secretaria de articulação institucional e cidadania ambiental. Departamento de Educação Ambiental. **Os diferentes matizes da educação ambiental no Brasil 1997 – 2007**. Brasília, DF: MMA, 2008. (Séries desafios da educação ambiental).

CAPLAN, S. **Using focus group methodology for ergonomic design**. Ergonomics, v. 33, n. 5, p. 527-33, 1990.

CARVALHO, I. C. de M. in: BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Diretoria de Educação Ambiental. Philippe Pomier Layrargues (coord.). **Identidades da Educação Ambiental Brasileira**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2004. 156p.

ERNANDES, R. S. et al. **Uso da Percepção Ambiental como Instrumento de Gestão em Aplicações Ligadas às Áreas Educacional, Social e Ambiental**. [Espírito Santo: s.n.], 2004.

GADOTTI, M. **Paulo Freire: uma bibliografia**. São Paulo: Cortez/Instituto Paulo Freire; Brasília: Unesco, 1996.

GOHN, M. G. **Educação não-formal na pedagogia social**. In: I Congresso Internacional de Pedagogia Social. 1, 2006, . Proceedings online... Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, Available from: <http://www.proceedings.scielo.br/scielo.Phpscript=sci_artte xt&pid=MSC0000000920060001000 34&lng=en&nrm=abn>.

http://www.lasalle.edu.br/upload/01%20-%20Ens%20Medio%20Inovador%20documento_orientador.pdf

HOBBSAWN, Eric J. **Globalização, democracia e terrorismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

JOHNSON, D. Focus groups. In: ZWEIZIG, D. et al. **Tell it!** Evaluation sourcebook & training manual. Madison: SLIS, 1994

JOIA, L. A. Geração de modelos teóricos a partir de estudos de caso múltiplos: da teoria à prática: In VIEIRA, M. M. F.; ZOUAIN, D. M. (Org). **Pesquisa qualitativa em administração**. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

LUZZI, D. **Planejamentos de projetos de Educação Ambiental**. [São Paulo: s.n.], 2003. Disponível em: <<http://www.cidade.usp.br/educar/?2003>>.

MALHOTRA, N. **Pesquisa de marketing: uma orientação aplicada**. 3.ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

MOUSINHO, P. **Sobre Educação Ambiental: alguns conceitos**. Rio de Janeiro: Sextante, 2003. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/index.php?ido=conteudo.monta&idEstrutura=20 &idMenu=464> >.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. São Paulo: Vozes, 1987.

FREIRE, Paulo. **Educação e atualidade brasileira**. Recife: Universidade de Recife, 1959.

QUIVY, Raimond; CAMPENHOUDT, Luc Van. **Manual de investigação em ciências sociais**. Tradução por João Minhoto Marques, Maria Amália Mendes, Maria Carvalho. 2 ed. Lisboa: Gradiva, 1998.

SYMOM, G; CASSELL, C. **Qualitative Methods and Analysis in Organizational Research**. Londres: SAGE Publicions, 1998.

TATAGIBA, Luciana. Os Conselhos Gestores e a Democratização das Políticas Públicas no Brasil. In: DAGNINO, Evelina (Org.). **Sociedade Civil e Espaços Públicos no Brasil**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

THIOLLENT, M. **Metodologia da Pesquisa-ação**. 14ª edição. São Paulo: Cortez Editora, 2005.

VAUGHN, S. et al. **Focus group interviews in education and psychology**. Thousand Oaks, CA: Sage Publications, 1996.